



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 25 / 04 / 2003

Rubrica

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10805.002580/97-19

Recurso nº : 120.612

Acórdão nº : 201-76.913

Recorrente : **FOGAL GALVANIZAÇÃO A FOGO LTDA.**

Recorrida : DRJ em Campinas - SP

PIS. BASE DE CÁLCULO.

Até o advento da Medida Provisória nº 1.212/95, o PIS era calculado com base no faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador.

Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FOGAL GALVANIZAÇÃO A FOGO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relator. Vencido o Conselheiro José Roberto Vieira quanto à semestralidade.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques

Josefa Maria Coelho Marques

Presidente

Sérgio Gomes Velloso

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, Rogério Gustavo Dreyer e Roberto Velloso (Suplente).



Processo nº : 10805.002580/97-19
Recurso nº : 120.612
Acórdão nº : 201-76.913

Recorrente : FOGAL GALVANIZAÇÃO A FOGO LTDA.

RELATÓRIO

Contra o contribuinte foi lavrado o Auto de Infração de fls. 205/220, por falta de recolhimento da contribuição para o PIS, nos períodos de 30/11/92 a 31/03/94 e de 31/07/94 a 30/09/95.

Irresignado, o contribuinte apresentou tempestivamente a impugnação de fls. 223/229, alegando em síntese que:

a) durante a vigência das Leis Complementares nºs 7/70 e 17/73, efetuou o recolhimento para o PIS, na modalidade de PIS-Faturamento, mediante a aplicação da alíquota de 0,75% sobre a receita bruta da venda de mercadorias;

b) com a introdução dos DDLL nºs 2.445/88 e 2.449/88, os recolhimentos passaram a se realizar sobre a receita operacional, com alíquota de 0,65%, até outubro de 1995, quando foram declarados inconstitucionais referidos diplomas legais;

c) no entanto, a Fiscalização considerou que no mencionado período de vigência daqueles diplomas legais o PIS deveria ter sido calculado pela alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, previstas na Lei Complementar nº 7/70;

d) uma vez que o contribuinte agiu rigorosamente nos termos dos citados DDLL, não pode o Fisco exigir a repetição de indébitos em decorrência da inconstitucionalidade das normas, criada pelo próprio, em prejuízo do contribuinte;

e) tal ato fere o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, os princípios da certeza do direito, da segurança jurídica e da irretroatividade da lei.

Sobreveio a Decisão DRJ de fls. 236/241, mediante o Acórdão nº 548, de 25/02/2002, cuja ementa é a seguinte:

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/11/1992 a 31/03/1994, 01/07/1004 a 30/09/1995.

Ementa: LEI COMPLEMENTAR nº7/70. BASE DE CÁLCULO. Com a Resolução nº49, de 1995, do Senado Federal, no período abrangido pelos Decretos-Leis nºs 2.445 de 1988 e 2.449, de 1988, o PIS deve ser recolhido segundo a LC nº 07, de 1970, e demais alterações da legislação superveniente.

Lançamento procedente."

Insurgiu-se o contribuinte com o recurso voluntário de fls. 245/250, no qual reprisa suas alegações anteriores, acompanhado de arrolamento de bens suficientes.

É o relatório.



Processo nº : 10805.002580/97-19

Recurso nº : 120.612

Acórdão nº : 201-76.913

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
SÉRGIO GOMES VELLOSO**

Conheço do recurso por tempestivo.

O cerne da questão refere-se ao exame da base de cálculo da Contribuição ao PIS.

O parágrafo único, do artigo 6º, da Lei Complementar nº 07/70 dispõe:

"Artigo 6º. A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea "b" do artigo 3º será processada mensalmente a partir de 1º. de julho de 1971.

Parágrafo único. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente."

Ao instituir a Contribuição ao PIS, a Lei Complementar nº 7/70 estabeleceu como fato gerador o faturamento e como base de cálculo o faturamento do sexto mês anterior.

O prazo de vencimento da Contribuição foi previsto na Norma de Serviço CEF-PIS nº 02, de 27/05/71, *in verbis*:

"3- Para fins da contribuição prevista na alínea 'b', do § 1º, do artigo 4º, do Regulamento anexo à Resolução nº 174 do Banco Central do Brasil, entende-se por faturamento o valor definido na legislação do imposto de renda, como receita bruta operacional (artigo 157, do regulamento do Imposto de Renda), sobre o qual incidam ou não impostos de qualquer natureza.

3.2- As contribuições previstas neste item serão efetuadas de acordo com o § 1º do artigo 7º, do Regulamento anexo à Resolução nº 1, do Banco Central do Brasil, isto é, a contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro e assim sucessivamente.

3.3- As contribuições de que trata este item deverão ser recolhidas à rede bancária autorizada até o dia 10 (dez) de cada mês. "(grifou-se)

Destaque-se que o prazo de vencimento do PIS foi posteriormente alterado, mas a sua base de cálculo, o faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador, permaneceu incólume até a entrada em vigência da Medida Provisória nº 1.212/95.

Esta C. Câmara, em diversos julgados unâimes já adotou o entendimento de que o PIS era calculado com base no regime semestral.

A questão da base de cálculo do PIS com base no faturamento do sexto mês anterior à ocorrência do fato gerador já foi também objeto de apreciação pela C. Câmara Superior de Recursos Fiscais, Acórdão nº CSRF 02/0.871, sendo certo que na última sessão de julgamentos realizada pelo mencionado Órgão, o posicionamento restou mantido, RD nº 203-0.334 e RP nºs 202-0.045 e 201-0.390.

sgm



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF
Fl.

Processo nº : 10805.002580/97-19

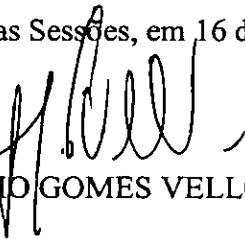
Recurso nº : 120.612

Acórdão nº : 201-76.913

No entanto, o lançamento foi efetuado com base de cálculo do próprio mês da ocorrência do fato gerador, em desacordo, portanto, com o determinado pelo artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70.

Voto pois, no sentido de dar provimento parcial ao recurso voluntário interposto pela Recorrente para o fim de determinar o refazimento do lançamento de ofício de acordo com a base de cálculo do faturamento do sexto mês anterior ao fato gerador.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2003.


SÉRGIO GOMES VELLOSO

